Governo do Estado de São Paulo
Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo
Conselho Deliberativo

ATA DE REUNIÃO

Nº do Processo: 271.00000274/2024-11

Interessado: Conselho Deliberativo

Assunto: Ata da 175ª Reunião Ordinária

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de setembro de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 9h, conforme prévia convocação por meio eletrônico, reuniu-se ordinariamente, em formato híbrido, o Conselho Deliberativo da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo – SP-PREVCOM. Participaram remotamente: Marina Brito Battilani, Presidente do Conselho; Aldo Cuomo, Fábio Teizo Belo da Silva, José Francisco Dutra da Silva, Juliana Velho e Paulo Rafael Minetto Maceta, membros titulares; Ana Luiza Guanaes Marino, Daniel de Souza Coelho e Luiz Gustavo de Castro Oliveira, membros suplentes. Pela Fundação, presencialmente: Sylvio Eugenio de Araujo Medeiros, Diretor-Presidente; Hugo Lancarter Mol, Diretor de Investimentos; Vanessa Pacheco de Souza Romão Ceron, Diretora Administrativa, Rafael de Oliveira Vilas Boas, Superintendente Administrativo, Lívia Sant'Anna Carvalho, Gerente de Administração, Julia Sousa Garcia de Paula, Assessora Administrativa; Guilherme Amarante Antunes, Superintendente de Seguridade; Renata Simões de Souza, Assessor Chefe de Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade; Sueli Meschke Mendes Starke Rodrigues, Chefe da Auditoria Interna. Remotamente: Alessandro Roosevelt Silva Ribeiro, Diretor de Tecnologia da Informação; Ugo Gabriel Barboza Garcia, Diretor de Relacionamento Institucional; Maria Izabel Canavese Dutra, Chefe de Gabinete; Renné Flud Bueno, Gerente de Portfólio; Tatiana Nunes Simões, Supervisor da Equipe Contábil e Tributária; Ana Flavia Cunha Canabrava e Sadrak Alves de Lima, Assessores da Presidência. Convidados: Renato Eisele, Consultor da Consultoria Aditus; e, Guilherme Lopes e Marcelo Wagner, membros do COAUD (Comitê de Auditoria). Aberta a reunião, a Presidente Marina confirmou o quórum e iniciou o **primeiro item da pauta, Aprovação da Ata da 174ª Reunião Ordinária (Processo SEI nº 271.00000274/2024-11)**, cuja minuta havia sido previamente submetida aos Conselheiros e ajustada conforme os apontamentos recebidos. Aprovado por unanimidade. Na sequência, **segundo item da pauta, Estudos sobre Fronteira Eficiente de Investimentos (Processo SEI nº 271.00000 829/2026-88)**, a Presidente, Marina, concedeu a palavra ao Diretor de Investimentos, Hugo Mol, que apresentou as etapas de elaboração dos estudos, esclarecendo que a apreciação nesta reunião compreenderia exclusivamente as premissas macroeconômicas que subsidiarão a definição das alocações estratégicas das carteiras, considerando os objetivos previdenciários de longo prazo, os limites de risco e as condições de mercado. Destacou que a Diretoria de Investimentos acompanhará mensalmente a aderência das carteiras às alocações estratégicas e atualizará trimestralmente o estudo contrafactual, que permite identificar os desvios entre as posições efetivas e as alocações de referência. Renato Eisele, consultor da Aditus, apresentou a metodologia de projeção dos indicadores macroeconômicos para o horizonte de cinco anos, fundamentada nas expectativas do Boletim Focus e nas curvas de mercado, considerando a convergência dos juros reais para patamares próximos de 5% no longo prazo, bem como as expectativas de retorno, volatilidade e correlação dos segmentos de renda fixa, crédito privado, renda variável, investimentos imobiliários, multimercados e

investimentos no exterior. O Conselheiro Daniel solicitou esclarecimentos sobre a ponderação das fontes utilizadas nas projeções e as premissas de *duration* (duração) da renda fixa, além de sugerir análises complementares da relação risco-retorno, pelo índice de Sharpe, em cenários otimista e pessimista. Renato esclareceu que a metodologia atribui pesos próximos de 50% às projeções do Focus e às curvas de mercado no curto prazo, com predominância do Focus nos períodos posteriores, e considera *duration* média próxima de dois anos e meio para o crédito privado de alta qualidade, sujeita a ajustes na gestão das carteiras. O Conselheiro Dutra questionou a atratividade da renda fixa em cenário de redução dos juros, bem como as perspectivas para crédito privado e fundos imobiliários; Renato destacou que a renda fixa deverá permanecer como principal componente das carteiras previdenciárias e recomendou cautela quanto à exposição ao crédito privado, diante da compressão dos spreads e dos riscos de crédito, e aos fundos imobiliários, considerando a baixa liquidez, a relação risco-retorno e os possíveis impactos da reforma tributária. O Conselheiro Aldo questionou a composição das premissas de renda variável no exterior, e Renato esclareceu que as projeções utilizam como referência um índice global diversificado, contemplando mercados desenvolvidos e emergentes, além dos efeitos da variação cambial. O Conselheiro Paulo questionou a utilização de fundos imobiliários em comparação à manutenção de imóveis físicos, tendo Renato esclarecido que a participação desses fundos nas carteiras das entidades de previdência complementar permanece reduzida. Daniel solicitou ainda que a próxima apresentação contemple a estratégia de adequação e eventual reenquadramento das carteiras às alocações propostas, incluindo a *duration* dos planos, solicitação acolhida por Hugo. A Presidente Marina informou que os membros do Comitê de Auditoria (COAUD) examinaram o processo e manifestaram concordância com a adequação e a razoabilidade das premissas, das fontes utilizadas e dos cenários apresentados. Quanto ao cronograma, o Conselheiro Dutra questionou a previsão de apresentação dos resultados, e Hugo esclareceu que pretende submetê-los ao Conselho na reunião de outubro, condicionada à conclusão das análises pelos Comitês Gestores. O Conselheiro Paulo ponderou sobre a conveniência de aguardar o encerramento do processo eleitoral, enquanto a Presidente Marina ressaltou que a análise da fronteira eficiente deve se pautar por critérios técnicos e pelo cenário macroeconômico, sem ficar condicionada a eventos conjunturais. Esclareceu que a matéria poderá ser apreciada na reunião de outubro, caso os estudos estejam concluídos, ou em reunião extraordinária, se necessário. Hugo destacou que a próxima apresentação contemplará as alocações sugeridas pelo modelo e as avaliações dos Comitês Gestores, cabendo ao Conselho Deliberativo apreciar posteriormente a definição estratégica das carteiras. Marina submeteu à votação as premissas macroeconômicas apresentadas para elaboração dos estudos de Fronteira Eficiente de Investimentos, item aprovado por unanimidade. Hugo dará continuidade aos estudos, incluindo a estratégia de adequação das carteiras e demonstrando a *duration* dos planos, com previsão de apresentação dos resultados na reunião de outubro, condicionada à conclusão das etapas de governança, mantendo o acompanhamento mensal das carteiras e a atualização trimestral do estudo contrafactual para avaliação de eventuais necessidades de ajustes diante de alterações relevantes do cenário macroeconômico. Na sequência, **terceiro item da pauta, Orçamento 2027 (Processo SEI nº 271.00000692/2026-61)**, Vanessa, Diretora Administrativa, apresentou a proposta orçamentária para 2027, previamente aprovada pela Diretoria Executiva, com previsão de receita operacional de R$ 77 milhões, despesas administrativas de aproximadamente R$ 69 milhões e superávit orçamentário estimado em R$ 25 milhões, considerando o resultado dos investimentos do Plano de Gestão Administrativa (PGA). Destacou os principais aumentos de despesas, com pessoal e encargos, em razão da ampliação do quadro de empregados, serviços de terceiros, capacitações e investimentos em infraestrutura e tecnologia. A Presidente Marina registrou que a análise recai sobre os valores destinados a cada uma das rubricas orçamentárias, cabendo à Diretoria Executiva definir as contratações e sua execução, observadas as disposições legais. O Conselheiro Fábio questionou a ausência de avaliação suficiente dos impactos da entrada dos novos concursados e da implantação e maturação dos sistemas sobre a necessidade e a oportunidade das consultorias propostas, destacando a importância de internalizar competências essenciais e

evitar contratações que possam ser supridas pela estrutura própria. Sylvio, Diretor-Presidente, esclareceu que as consultorias previstas para gestão de riscos, mapeamento de processos e proteção de dados teriam caráter complementar e transitório, especialmente diante da implantação dos novos sistemas e das exigências de conformidade, sem intenção de substituir permanentemente as competências internas. Marina manifestou preocupação com o aumento expressivo das despesas com consultorias, especialmente na rubrica de gestão e controles internos, cuja previsão passou de aproximadamente R$ 831 mil para R$ 3,3 milhões, e ressaltou a necessidade de avaliar a razoabilidade dos valores, a eventual sobreposição de objetos e a capacidade de execução das atividades pelos profissionais da Fundação. O Conselheiro Daniel questionou a concentração de contratações na Fundação Instituto de Administração (FIA) e o risco de fracionamento de objetos, tendo Sylvio esclarecido que os contratos possuem escopos e entregas distintos, comprometendo-se a reavaliar os valores e as alternativas de contratação. Em relação ao apoio à Comissão de Ética e ao canal de denúncias, Ugo, Diretor de Relacionamento Institucional, justificou a previsão de contratação de apoio especializado para assegurar o sigilo e a adequada instrução de eventuais procedimentos; Marina e os Conselheiros Fábio, Juliana e Paulo recomendaram a avaliação de alternativas de apoio administrativo, capacitação interna e contratações pontuais, quando necessárias. Quanto à proteção de dados, Ana Flavia, Assessora Jurídica e Encarregada de Proteção de Dados, esclareceu a necessidade de apoio temporário para elaboração dos relatórios de impacto decorrentes da migração dos sistemas, enquanto Alessandro, Diretor de Tecnologia da Informação, confirmou que sua equipe realiza internamente o mapeamento dos fluxos de dados e a segurança da informação, encaminhando os subsídios necessários à elaboração desses relatórios. O Conselheiro Paulo também destacou a necessidade de avaliar a sustentabilidade financeira do PGA e a possibilidade de redução gradual da taxa de administração em benefício dos participantes, diante do superávit projetado e das reservas administrativas acumuladas. Sylvio esclareceu que a Fundação pretende reduzir gradualmente a taxa, atualmente em 0,80%, tendo como referência de longo prazo o patamar de 0,40%, condicionada aos resultados do estudo atuarial do PGA e à avaliação dos riscos associados às receitas futuras, especialmente em razão do fechamento dos planos RG e RG UNIS a novas adesões. A Presidente Marina ponderou que a proposta orçamentária ainda não reunia condições para aprovação e propôs sua devolução à Diretoria Executiva para revisão e redução do valor global, especialmente das despesas com Treinamentos, Congressos e Seminários e Serviços de Terceiros, observada a diretriz de redução da dependência de consultorias e a necessidade de avaliar a oportunidade das contratações previstas para 2027. O Conselheiro Fábio sugeriu que a revisão abrangesse também as despesas com Viagens, Passagens e Diárias e Associações, considerando sua essencialidade e os resultados institucionais proporcionados. Diante das ponderações apresentadas, a proposta orçamentária de 2027 não foi submetida à deliberação do colegiado, ficando sua apreciação postergada e o processo encaminhado à Diretoria Executiva para os ajustes necessários, observadas as recomendações dos Conselheiros. A matéria deverá ser reapresentada ao Conselho após a conclusão dos ajustes, com encaminhamento antecipado da proposta revisada para análise dos Conselheiros. Em continuidade, **quarto item da pauta, Aprovação da Contratação da Auditoria Independente (Processo SEI nº 271.00000445/2026-65)**, Vanessa, Diretora Administrativa, apresentou a conclusão do processo de seleção da empresa de auditoria independente, previamente submetido ao Comitê de Auditoria (COAUD), que manifestou parecer favorável à contratação. Lívia Carvalho, Gerente de Administração, esclareceu que o procedimento contemplou consulta a 53 empresas, com recebimento de sete propostas e classificação pelo critério de técnica e preço, considerando especialmente a experiência em entidades fechadas de previdência complementar. A empresa Grant Thornton obteve a maior pontuação e apresentou proposta de R$ 550 mil para vigência de 60 meses, correspondente a cinco ciclos de auditoria das demonstrações contábeis dos exercícios de 2026 a 2030, com custo anual de R$ 110 mil, inferior ao valor praticado no contrato anterior. Lívia informou que a empresa comprovou os requisitos de habilitação e qualificação técnica, recebeu avaliação favorável da área de Gestão de Riscos e parecer jurídico pela regularidade da contratação, além da manifestação favorável do COAUD. O

Conselheiro Fábio questionou as condições de vigência e rescisão contratual, e Lívia esclareceu que o contrato terá duração de cinco anos, com reajuste anual e previsão de rescisão unilateral pela PREVCOM, sem aplicação de multa, além de cláusulas de acompanhamento dos níveis de serviço e continuidade das atividades. A Presidente Marina submeteu à apreciação do colegiado a contratação da empresa Grant Thornton para prestação dos serviços de auditoria independente, pelo valor global de R$ 550 mil, para o período de 60 meses. Aprovado por unanimidade. Na sequência, **quinto item da pauta, Política de Gestão de Riscos, Conformidade e Prevenção a Fraudes (Processo SEI nº 271.00000694/2026-51**, a Presidente Marina informou que a proposta não seria submetida à deliberação nesta reunião e solicitou o encaminhamento do processo ao Comitê de Auditoria (COAUD), órgão vinculado ao Conselho Deliberativo, para análise e manifestação prévias à apreciação da matéria pelo colegiado, considerando sua relevância e natureza estratégica. Marina ressaltou a necessidade de adequar o documento ao caráter estratégico das políticas aprovadas pelo Conselho, evitando detalhamentos operacionais e disposições relacionadas à execução de atividades e contratações, que competem à gestão da Fundação, e solicitou avaliação da abrangência e da integração dos temas de riscos financeiros, operacionais, controles internos e conformidade. O Conselheiro Fábio apontou a necessidade de reavaliar o enquadramento do Conselho Fiscal no modelo das linhas de defesa, considerando suas atribuições próprias de fiscalização e sua posição na estrutura de governança da PREVCOM. Marina solicitou prioridade ao COAUD na análise da matéria, e Renata Souza, Assessora-Chefe de Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade, tomou ciência do encaminhamento. A proposta será reapresentada ao Conselho Deliberativo após a manifestação do COAUD, não tendo havido deliberação sobre seu mérito nesta reunião. Dando continuidade, **sexto item da pauta, Relatório Mensal dos Investimentos referente a agosto/2026**, Hugo, Diretor de Investimentos, apresentou os resultados consolidados das carteiras, destacando que todos os planos permanecem em posição favorável na análise de risco e retorno, com desempenho superior às respectivas metas, embora inferior ao CDI e à mediana dos planos acompanhados pela Aditus. Ressaltou o desempenho do Plano Pará, a predominância da renda fixa nas carteiras e os resultados positivos dos fundos desse segmento, com destaque para o crédito privado. Informou que a arrecadação mensal alcançou aproximadamente R$ 59 milhões, além do recebimento de dividendos de fundos imobiliários e cupons de NTN-Bs, e apresentou as movimentações de investimentos, incluindo aplicações em títulos públicos federais. Quanto ao risco de crédito, destacou o acompanhamento de 24 rebaixamentos de classificação de risco ao longo do exercício, incluindo o da Meal Company Alimentação no mês de agosto, ressaltando a baixa exposição e a diversificação da carteira, sem prejuízo do monitoramento preventivo. Apresentou ainda as recomendações do Comitê de Investimentos relativas à aquisição de títulos públicos, ao desinvestimento gradual dos fundos imobiliários e à consolidação dos mandatos IMA-B, com economia estimada de R$ 109 mil, além da continuidade dos estudos de Fronteira Eficiente de Investimentos. O Conselheiro Daniel questionou as portabilidades de participantes vinculados ao Centro Paula Souza, e Hugo esclareceu que não dispunha de informações sobre suas motivações, distinguindo essas movimentações dos resgates relacionados ao Programa de Demissão Incentivada (PDI). O Conselheiro Fábio questionou o andamento da substituição do gestor do fundo exclusivo, e Hugo informou que a Diretoria Executiva já aprovou a medida, restando a manifestação de um Comitê Gestor antes da convocação da assembleia. Ugo, Diretor de Relacionamento Institucional, destacou que as reuniões com os Comitês Gestores têm ampliado a transparência e a participação no acompanhamento dos investimentos. Na sequência, **sétimo item da pauta, Relatório de Acompanhamento dos Planos de Ação pela Auditoria**, Sueli, Chefe da Auditoria Interna, apresentou a atualização dos planos de ação, totalizando 36 planos ativos, dos quais 21 vincendos e 15 vencidos, além de um concluído no período. Destacou os avanços relacionados à revisão da Política de Gestão de Riscos, aprovada pela Diretoria Executiva e com reflexos em oito planos de ação, à atualização da Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, à revisão do Programa de Integridade, ao Planejamento Estratégico vinculado ao Orçamento de 2027, ao desenvolvimento do sistema de avaliação de desempenho, aos testes de contingência e à revisão dos fluxos e alçadas.

Informou a conclusão do plano referente ao fortalecimento das senhas de acesso ao sistema MJPrev e esclareceu que 18 apontamentos dos órgãos de controle permanecem em análise pelas Diretorias, para avaliação da necessidade de novos planos de ação. Quanto à matriz de segregação de funções (SoD), informou que a definição da área responsável permanece em discussão, provisoriamente vinculada à Presidência, com previsão de definição na próxima reunião. Sueli esclareceu ainda que a apresentação do acompanhamento do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) está prevista para outubro, conforme a periodicidade quadrimestral anteriormente deliberada. Dando sequência, **oitavo item da pauta, Relatório de Acompanhamento dos Planos de Ação do Mapa de Riscos**, Renata, Assessora-Chefe de Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade, apresentou a atualização dos planos de ação, informando a existência de seis ações em aberto e duas concluídas no período, relacionadas à contratação do seguro cibernético e à capacitação de gestores e fiscais de contratos. Destacou o avanço de 89% na elaboração do Plano de Recuperação de Desastres, permanecendo as atividades de conscientização e treinamento dos colaboradores, e o andamento das contratações e implantações dos sistemas previdenciário, de investimentos, de gestão de clientes e de recursos humanos, além das tratativas para contratação de serviços de armazenamento em nuvem. Quanto aos riscos da Diretoria de Seguridade, informou a transferência de duas ações anteriormente vinculadas à Tecnologia da Informação, destacando a implantação da área segura para recebimento dos arquivos dos patrocinadores, com 75 dos 171 órgãos habilitados e 29 utilizando efetivamente a ferramenta, cuja migração integral está prevista para março de 2027. Na Diretoria Administrativa, ressaltou o avanço da inclusão de cláusulas de continuidade de negócios e acordos de nível de serviço nos contratos vigentes. Em relação à Diretoria de Relacionamento Institucional, relatou duas ocorrências de informações inadequadas prestadas por agentes comerciais da seguradora MAG, que resultaram no afastamento de uma agente das operações da PREVCOM e na aplicação de advertência formal a outra, com acompanhamento reforçado das respectivas atividades. O Conselheiro Aldo solicitou esclarecimentos sobre a atuação desses agentes, e Ugo Garcia, Diretor de Relacionamento Institucional, explicou que realizam atendimentos diretamente aos servidores, mediante articulação com os órgãos patrocinadores, sem acesso prévio às bases de dados pessoais, e esclareceu que as ocorrências envolveram agentes distintos da mesma prestadora. Marina questionou a existência de penalidades contratuais aplicáveis à seguradora e recomendou avaliar a inclusão de cláusulas de responsabilização, multas e possibilidade de rescisão antecipada, proposta reforçada pelo Conselheiro Fábio. Ugo informou que analisará, juntamente com a Diretoria Administrativa, a possibilidade de aditamento contratual e de estabelecimento de acordo de nível de serviço mais abrangente, contemplando padrões de conduta e mecanismos de responsabilização. Acrescentou que a Diretoria de Relacionamento Institucional realizou treinamento com a seguradora para reforçar as orientações de conduta e mantém o acompanhamento das atividades comerciais. Na sequência, **nono item da pauta, Relatos e Comunicações do Diretor-Presidente**, Sylvio destacou os avanços relacionados ao concurso público e à revisão da proposta orçamentária de 2027, conforme as recomendações do Conselho Deliberativo. Vanessa, Diretora Administrativa, informou que as provas do concurso ocorreram regularmente, com abstenção de 43% dos inscritos, e que a previsão de divulgação da primeira lista de resultados é novembro, com resultado definitivo ao final de janeiro de 2027 e possibilidade de ingresso dos aprovados a partir de fevereiro. Comunicou também o andamento do pregão para contratação do novo sistema de recursos humanos, necessário à integração dos futuros empregados, e a previsão de realização do primeiro ciclo de avaliação de desempenho entre 6 e 30 de novembro de 2026. Sylvio esclareceu que a avaliação terá caráter piloto, conduzida inicialmente por comissão designada para essa finalidade, com o objetivo de estabelecer os procedimentos antes do ingresso dos novos empregados. Por fim, **décimo item da pauta, Relatos e Comunicações da Presidente do Conselho Deliberativo**, Marina solicitou informações sobre o andamento da contratação do novo sistema de gestão previdenciária. Alessandro, Diretor de Tecnologia da Informação, informou que o processo retornou do COETIC (Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação), com recebimento da proposta comercial e prosseguimento dos trâmites de

contratação. Vanessa esclareceu que a previsão de conclusão é de aproximadamente 30 dias. Alessandro destacou que sua equipe já iniciou os preparativos para a implantação, especialmente a estruturação, compatibilização e saneamento dos dados provenientes do sistema atual, visando antecipar as atividades de migração. Sylvio informou a abertura do processo seletivo para contratação de Superintendente de Tecnologia da Informação, destinado ao reforço da estrutura da área. Alessandro confirmou a divulgação pública da seleção, com inscrições abertas até 26 de setembro de 2026. Marina informou que compartilharia o endereço eletrônico da seleção com os Conselheiros. Não havendo outras manifestações, a Presidente declarou encerrada a reunião. Eu, Paulo Alessandro da Silva Bueno, Secretário, lavrei e subscrevo a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos Conselheiros titulares presentes.

Marina Brito Battilani

Presidente do Conselho

Aldo Cuomo

Conselheiro

Fábio Teizo Belo da Silva

Conselheiro

Juliana Velho

Conselheira

José Francisco Dutra da Silva

Conselheiro

Paulo Rafael Minetto Maceta

Conselheiro

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Rafael Minetto Maceta**, **Conselheiro**, em 29/10/2026, às 09:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

Documento assinado eletronicamente por **Fabio Teizo Belo Da Silva**, **Conselheiro**, em 29/10/2026, às 10:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

Documento assinado eletronicamente por **Marina Brito Battilani**, **Presidente do Conselho**, em 29/10/2026, às 10:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

Documento assinado eletronicamente por **Juliana Velho**, **Conselheiro**, em 03/11/2026, às 11:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

Documento assinado eletronicamente por **Aldo Cuomo**, **Conselheiro**, em 03/11/2026, às 13:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

Documento assinado eletronicamente por **Jose Francisco Dutra da Silva**, **Conselheiro**, em 03/11/2026, às 16:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Alessandro da Silva Bueno**, **Assessor I**, em 03/11/2026, às 16:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **0125259011** e o código CRC **A3266903**.